

# Sumário

<b>Lista de Ilustrações</b> .....	XIII
<b>Lista de Abreviaturas e Siglas</b> .....	XV
<b>Prefácio</b> .....	XIX
<b>Apresentação</b> .....	XXI
<b>Introdução</b> .....	1
<b>Capítulo 1 Juristocracia: A intervenção do Poder Judiciário nas questões políticas e sociais – Causas da expansão judicial</b> .....	9
1.1 A democracia.....	10
1.2 A separação dos poderes.....	13
1.3 A política de constitucionalização de direitos .....	19
1.4 A utilização das cortes pelos partidos políticos de oposição.....	23
1.5 A inefetividade das instituições majoritárias .....	27
1.6 O fortalecimento do Supremo Tribunal Federal pós 1988: A supremocracia .....	30
1.7 As novas vertentes do constitucionalismo: O Neoconstitucionalismo.....	33
1.8 A delegação de poderes pelas elites políticas ao supremo tribunal ou corte constitucional .....	41
1.9 Mecanismos internos do STF que favorecem a juristocracia .....	45
1.9.1 O poder supremo do Relator: das decisões monocráticas ao uso estratégico do colegiado.....	45
1.9.2 O poder individual dos ministros nos pedidos de vistas e no manejo da pauta .....	52
1.9.3 Do plenário físico ao plenário virtual: A mudança estratégica da arena de julgamento por opção discricionária do Relator – Caso da ADI 6524 .....	55

<b>Capítulo 2 Ativismo judicial: conceituação e características do fenômeno</b> .....	61
2.1 A origem do termo ativismo judicial e seu significado na teoria constitucional.....	70
2.2 O caso <i>Marbury vs Madison</i> – o ativismo judicial na gênese do controle de constitucionalidade .....	72
2.3 O caso <i>Bush vs Gore</i> – quando uma suprema corte decidiu uma eleição presidencial através da politização da justiça .....	78
2.4 De <i>Plessy vs Ferguson</i> a <i>Brown vs Board Education</i> – Da segregação racial ao ativismo “iluminista” da Corte Warren .....	85
2.5 Critérios definidores do ativismo judicial na práxis do Supremo Tribunal Federal.....	90
2.5.1 A autoexpansão da jurisdição e dos poderes decisórios pelo STF. Ativismo eficaz e competencial – A abstrativização do controle difuso de constitucionalidade.....	91
2.5.2 A indevida desconsideração de precedentes. Ativismo de precedentes ( <i>Disregardind Precedent</i> ).....	95
2.5.2.1 A Prisão a partir da condenação em segunda instância – ADC’s 43, 44 e 54 – Personalização do julgamento conforme o réu .....	98
2.5.2.2 A nomeação de Ministros de Estado com a finalidade de obtenção de foro privilegiado .....	103
2.5.2.3 Prerrogativas parlamentares e o casuísmo do STF: Prerrogativas para uns, para outros, a dureza do STF.....	104
2.5.3 O julgamento orientado pelo resultado: <i>Result-Oriented Judging</i> – Politização da Justiça - A Súmula Vinculante 13 e Ação Declaratória de Constitucionalidade n. 12 .....	111
2.5.4 A Criação judicial do Direito .....	118
2.5.3.1 Fidelidade Partidária – a Consulta TSE n. 1.398, os Mandados de Segurança n. 26.602, 26.603 e 26.604 e a Resolução 26.610/2007 do TSE.....	121
2.5.3.2 A criação jurisprudencial do controle preventivo de constitucionalidade pela via judicial.....	127

2.5.5 Invalidação de norma legal com base em princípio abstrato - O julgamento das ADI 958-3 e 966-4: A inconstitucionalidade da Cláusula de Barreira.....	131
2.5.6 O ativismo contramajoritário - O julgamento da ADPF 54 – possibilidade de interrupção da gravidez de feto anencefálico e o julgamento do HC 12436.....	137
<b>Capítulo 3 Judicialização da política: conceito e delimitação .....</b>	<b>145</b>
3.1 A judicialização da política no âmbito do Supremo Tribunal Federal.....	149
3.2 Os partidos políticos como agentes da judicialização da política e os fatores que os motivam a buscar o STF .....	151
3.2.1 Ações propostas pelos partidos políticos na gestão Dilma Rousseff.....	156
3.2.2 Ações propostas pelos partidos políticos na gestão Michel Temer .....	160
3.2.3 Ações propostas pelos partidos políticos na gestão Jair Bolsonaro .....	164
3.3 Os partidos como meio estratégico para alcance da jurisdição constitucional: A cooptação da legitimidade partidária .....	168
3.4 Apontamentos sobre modelos de comportamento judicial e sua relação com a politização do supremo tribunal federal .....	172
3.4.1 O modelo legalista de comportamento judicial.....	172
3.4.2 O modelo ativista ou ideológico de comportamento judicial....	175
3.4.3 O modelo neoinstitucionalista ou estratégico de comportamento judicial .....	178
3.4.4 O comportamento estratégico do Supremo Tribunal Federal na judicialização da política.....	182
<b>Capítulo 4 A última palavra em matéria constitucional: A supremacia judicial colocada em xeque .....</b>	<b>189</b>
4.1 O debate Carl Schmidt vs Hans Kelsen – A quem compete a guarda da Constituição.....	190
4.1.1 O pensamento de Carl Schmitt – O guardião político da Constituição: O Presidente da República .....	191

4.1.2 O pensamento de Hans Kelsen: O guardião jurídico da Constituição: O Tribunal Constitucional .....	196
4.2 Os críticos do controle de constitucionalidade das leis pelos juízes ( <i>against judicial review</i> ).....	200
4.2.1 Cass R. Sustein e sua teoria do minimalismo judicial .....	200
4.2.2 Mark Tushnet e Larry Kramer: A doutrina do constitucionalismo popular .....	203
4.2.3 Jeremy Waldron e sua crítica ao judicial review.....	209
4.3 O constitucionalismo abusivo – A contribuição de David E. Landau .....	212
4.4 O constitucionalismo democrático da escola de Yale: Robert Post e Reva Siegel. A análise do efeito <i>backlash</i> .....	218
4.5 <i>The new commonwealth model of constitutionalism</i> – o modelo canadense de diálogo constitucional.....	224
<b>Conclusão</b> .....	231
<b>Referências</b> .....	245